

E.P. Thompson e a História Social: contribuições para o estudo da questão agrária no Pontal do Paranapanema -SP

BORGES, Maria Celma¹
OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de²

Resumo: Neste texto objetivamos fazer um breve balanço dos estudos de E. P. Thompson para a escrita da história social, com ênfase em como os seus conceitos dialogam com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras dos campos e cidades na história do Brasil. Ao partirmos de conceitos base da teoria thompsoniana, como “luta de classes”, “consciência de classe” e “experiência”, entre outros, discutimos esse historiador da história social do trabalho e as suas contribuições no estudo do meio rural, especialmente a partir da pesquisa de uma das autoras para a reflexão das práticas e representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos campos do Pontal do Paranapanema - SP. As fontes orais são privilegiadas na análise por permitirem abordar as experiências dos sem-terra nos acampamentos e assentamentos. Para tanto, utilizamos entrevistas realizadas nos anos de 2001 a 2004, nos assentamentos XV de Novembro, em Rosana-SP, Che Guevara/Santa Clara e São Bento, ambos em Mirante do Paranapanema-SP.

Palavras-chave: E.P. Thompson; história social; questão agrária; Pontal do Paranapanema.

E.P. Thompson y la Historia Social: contribuciones para el estudio de la cuestión agraria en el Pontal do Paranapanema -SP

Resumen: En este texto objetivamos un breve balance de los estudios de E. P. Thompson para la escritura de la historia social, con énfasis en cómo sus conceptos dialogan con las luchas de los trabajadores y trabajadoras de los campos y ciudades en la historia de Brasil. A partir de conceptos básicos de la teoría thompsoniana, como "lucha de clases", "conciencia de clase" y "experiencia", entre otros, discutimos a ese historiador de la historia social del trabajo y sus contribuciones en el estudio del medio rural, a partir de la investigación de una de las autoras para la reflexión de las prácticas y representaciones del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra en los campos del Pontal do Paranapanema - SP. Las fuentes orales son privilegiadas en el análisis por permitir abordar las experiencias de los trabajadores sin tierra en los campamentos y asentamientos. Para ello, utilizamos entrevistas realizadas en los años 2001 a 2004, en los asentamientos XV de Noviembre, en Rosana-SP, Che Guevara / Santa Clara y São Bento, ambos en Mirante do Paranapanema-SP.

Palabras clave: E.P. Thompson; historia social; cuestión agraria; Pontal do Paranapanema.

¹ Professora Associada do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, membro do INCT Proprietas. Email: celmaevitor@ibest.com.br

² Professor Associado do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, coordenador do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro. Email: vitorwagnern@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, no sofrimento e nas satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. (THOMPSON apud NEGRO; SILVA, 1998, p.11)

Falar de Edward Palmer Thompson nesses tempos de “crise do trabalho” e de questionamentos das categorias de análises ancoradas nas noções de “luta de classes” é um grande desafio. Se os estudos de Thompson, principalmente sua obra de maior destaque – *A formação da classe operária inglesa* –, só passam a ser divulgados no Brasil com maior circulação no final da década de 1980 (a 1ª edição brasileira é de 1987, portanto cerca de 30 anos após a sua publicação na Inglaterra), logo as transformações provocadas nos “mundos do trabalho”, dos campos e cidades, em vista da Terceira Revolução Tecnológica, trazem questionamentos sobre a validade das categorias “luta de classes”, “consciência de classe”, “socialismo”, entre outros conceitos rearticulados pelo autor, para a análise das relações entre indivíduos e grupos no capitalismo contemporâneo.

Estes questionamentos quanto à validade destas categorias para a análise da História, refletirão, por outro lado, numa breve redução do número de estudos voltados para os trabalhadores e suas formas de resistência, numa perspectiva marxiana e thompsoniana. Breve porque logo ao final da década de 1990, e, ainda mais no contexto da primeira década do século XXI, os estudiosos, não só da História, mas de outras áreas das Ciências Humanas, revisitaram Thompson como suporte para compreensão dos mais variados temas relacionados às “pessoas comuns”. Ao passo que, como acontece com conceitos cunhados por outros autores clássicos, a utilização de “categorias thompsonianas” como “experiência”, “o fazer-se da classe em seu processo” e “evidências históricas”, tornou-se lugar comum na fala e na escrita de alunos, professores e pesquisadores, especialmente no contexto dos anos 1990 e primeira década de 2000, já na segunda década do século XXI temos visto desaparecerem dos programas de pós-graduação as suas obras como referenciais teóricos e mesmo linhas de pesquisa voltadas aos movimentos sociais, do meio urbano

e rural, em temas que envolvem as “pessoas comuns” que este autor tanto contribuiu para colocar em cena.

Por isso, apesar de não nos propormos a escrever nada de novo sobre as contribuições de Thompson para os estudos da História – pois muito do que discutirmos neste texto advém de suas obras e de outros autores que as comentam –, é sempre bom retornar aos clássicos e aos seus conceitos para vermos se ainda estão atuais e até que ponto não estamos deturpando ou utilizando a historiografia como uma “camisa de força” que se veste e limita todo e qualquer estudo. Objetivamos ainda reforçar a compreensão de que perdemos muito ao relegar os trabalhos de E. P. Thompson ao esquecimento, pois a sua abordagem é uma referência fundamental e um instrumento indispensável para o entendimento também deste século de tantas perdas para a classe trabalhadora.

De todas as lições que Thompson forneceu aos historiadores, talvez a menos apreendida ou a menos praticada seja a paixão pelos sujeitos históricos, objeto de suas pesquisas. Na obra do historiador britânico estão presentes as preocupações sociais, políticas, econômicas e culturais de seu tempo. Um tempo de stalinismo, de Guerra Fria e de ameaça nuclear. Um tempo de busca por novas certezas e novos rumos para a humanidade. Mais do que temas acadêmicos, esses eram problemas que afligiam Thompson como militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) e depois pacifista e da Nova Esquerda. Por isso, vale a pena discutir os seus conceitos em movimento e o modo como contribuem para a reflexão da questão agrária no Brasil, especificamente nos campos do Pontal do Paranapanema-SP.

A DINÂMICA DE SUAS OBRAS E OS CONCEITOS EM MOVIMENTO

Na sua obra mais teórica, *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (originalmente publicada em 1978 e surgida em português em 1981), Thompson tece severas críticas a Althusser e ao estruturalismo de sua obra, que então influenciavam significativamente a esquerda inglesa nos anos 60. Em defesa de um marxismo humanista Thompson afirma:

[...] Se há um ‘marxismo’ do mundo contemporâneo, que Marx ou Engels reconheceriam imediatamente como um idealismo, é o estruturalismo althusseriano.

A categoria ganhou uma primazia sobre seu referente material; a estrutura conceptual paira sobre o ser e o domina. (1981, p.22)

A abordagem que Thompson tece a respeito de Althusser é uma crítica dura à “teoria” sem base em pesquisas fundamentadas nas evidências históricas. Com isso, o historiador britânico argumenta a necessidade de pesquisa árdua nas mais diversas fontes com vista a apreender uma “história total”, mas não “totalizante”. Nas palavras do autor: "A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de confiança atenta". (1981, p.38)

Contudo, é em *A formação da classe operária inglesa* (volumes I, II e III) que podemos entender com maior nitidez os conceitos utilizados por Thompson, bem como o seu método de análise. Os livros foram escritos quando Thompson dava aulas em escolas para trabalhadores, ligados a sindicatos, portanto, fora da academia. As conversas com estes trabalhadores, segundo este autor, teriam contribuído para apreender a experiência de classe. Na famosa introdução de *A formação da classe operária inglesa* (vol. I), Thompson deixa evidente suas concepções de classe e formação de classe, bem como a importância da história social e da cultura para a compreensão da história operária. Logo no primeiro parágrafo, uma frase se tornaria emblemática do modo de definição thompsoniano do processo de formação da classe: “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (1987a, p.9). Neste trecho o autor está explicando o porquê do título do livro “o fazer-se da classe operária”, que no Brasil perdeu seu sentido ao ser traduzido para *A formação da classe operária inglesa*.

Na sequência, Thompson salienta que utiliza “classe” no singular por entender ser “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. Portanto, é um fenômeno *histórico* e não “uma estrutura” ou “uma categoria”, sendo compreendida como “algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.” (1987a, p.9)

Com isso, Thompson está marcando nítidas diferenças com os estruturalistas sem abandonar a concepção marxiana de “processo histórico”. Ele coloca em primeiro

plano as relações humanas, ou seja, as relações estabelecidas entre os sujeitos a partir das experiências nelas contidas, pelos homens e mulheres estabelecidas. Nesta perspectiva, Thompson apresenta seu entendimento de classe: “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. (1987a, p.10)

Outros conceitos chave para as análises thompsoniana são “experiência” e a definição de “consciência de classe”. Conforme Thompson: “A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (1987a, p.10). Portanto, é uma releitura da frase de Marx em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008, p.19). Porém, se a experiência é determinada pelas relações de produção, a “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987a, p.10). Nesta definição de consciência de classe o autor combate também a ideia de uma lei na história, de uma sequência histórica linear:

Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (1987a, p.10)

Mas como apreender a classe num determinado período histórico? A fim de responder a esta questão, Thompson observa:

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições (1987a, p.11-12).

Ou seja, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” e não aprioristicamente por categorias analíticas externas. Estas definições de “classe”, “experiência”, “consciência de classe” e de “processo histórico” irão permitir ao autor

enxergar o “fazer-se” da classe operária na Inglaterra entre 1780 e 1832, portanto, anterior ao auge da Revolução Industrial ou do advento da grande indústria:

Nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores [...] a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica. (1987a, p.12)

Um parágrafo em particular desta introdução de *A formação da classe operária inglesa* passou a ser como um guia para muitos estudiosos que pretendiam ver a história “a partir de baixo”. É um trecho que também marca bem o campo teórico do estudioso militante Thompson:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ [...] dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (1987a, p.13)

Em outras obras, como *Costumes em Comum* (1998) e *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (1989) (a primeira edição é de junho de 1979), o autor acrescenta mais detalhes na sua definição de classe. A luta de classes seria até anterior à concepção da classe, pois: “En realidad, lucha de clases es un concepto previo así como mucho más universal.”. (1989, p.37)

[...] las clases no existen como entidades separadas, que miran en derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras fases del proceso real histórico. (1989, p.37)

Apesar de o autor estar falando de uma classe operária inglesa e a partir da Inglaterra (o próprio Thompson ressalta que evitaria as “generalizações para além da experiência inglesa”) (1987a, p.13), portanto distante da realidade do processo histórico de outros países, este estudo irá guiar muitos outros estudiosos dos “mundos do trabalho”, dos campos e cidades, em diversos países. No Brasil, semelhante a outros

países do “Terceiro Mundo” (assim classificados até a década de 1980) ou os “Países em desenvolvimento” de agora, as análises de Thompson permitiram uma inovação significativa na produção da história social, particularmente da “História Social do Trabalho” e da “História Social da Escravidão”, se analisadas as publicações brasileiras a partir dos anos 1980, tendo como foco os processos de resistência, especialmente escrava, vividos ao longo da história do Brasil, desde a colônia.

A ideia de “experiência”, por exemplo, intimamente ligada à noção de “cultura” e “costumes” (que são, por sua vez, valores compartilhados) na história do Brasil, permitiu o estudo das classes subalternas anteriores a 1888, bem como identificar a resistência e o acomodamento, por exemplo, neste espaço de predominância escravista.

Outras contribuições de Thompson aparecem em *A formação da classe operária inglesa*, como também em obras posteriores, a exemplo de *Senhores e caçadores* (1987b), publicada pela primeira vez no Brasil em 1985 (em que analisa a Lei Negra de 1723 que criminalizava as ações de resistência da plebe, especialmente dos caçadores, nas florestas inglesas de Windsor). É o caso da relação dos trabalhadores com a lei. Esta, na concepção de Thompson, “pode ser mesmo justa”, pois é fruto do embate entre as forças da sociedade, apesar da hegemonia burguesa.

Para o caso do Brasil isso foi fundamental na discussão dos direitos conquistados pelos trabalhadores do meio urbano antes de 1930 e mesmo das Leis Trabalhistas no pós 30 passando a serem interpretadas como conquistas e não como outorga de Vargas. Também para a (re)definição do direito moral por inúmeros outros movimentos sociais que despontariam nos campos e cidades ao longo dos séculos XX e XXI.

E. P. THOMPSON E A HISTÓRIA SOCIAL: INFLUÊNCIAS NA ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Após esta breve exposição do que entendemos como ideias centrais de E. P. Thompson, buscaremos focar algumas de suas contribuições para a discussão da história rural no Brasil e, nela, dos movimentos sociais no campo, especialmente dos movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP. Entendemos que as

discussões deste historiador britânico são indispensáveis para esta reflexão, particularmente ao trabalhar com os conceitos de “experiência” e de “economia moral”.

As “experiências” dos sem-terra tornaram-se matéria prima para a compreensão das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema em fins do século XX e início do XXI, daí a interpretação thompsoniana deste conceito tornar-se primordial para esta abordagem. Inspiramo-nos neste historiador particularmente no modo como referenda a construção dos agentes sociais em vista do “fazer-se” das lutas, da “experiência” e da “economia moral” (BORGES, 2010). Assim, quando nos referimos à “economia moral” não estamos propondo uma discussão exclusivamente no âmbito da cultura dissociada da conotação política, social, econômica, religiosa, etc. Entendemos, nesta perspectiva, as inter-relações das várias dimensões da vida que não se limitam ao fator econômico.

Sérgio Silva, ao discutir “Thompson, Marx, os Marxistas e os outros”, afirma que a crítica ao determinismo econômico foi traço marcante do pensamento de E. P. Thompson, na medida em que:

A recusa do determinismo econômico e, particularmente, da ideia de classe como efeito do modo de produção tem, entre mil e uma consequências, a de implicar uma reconsideração também da noção de consciência de classe, numa linha muito próxima daquela também seguida por Hobsbawm; a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autoreconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção. (SILVA, 1998, p.53)

E. P. Thompson ao estudar a sociedade inglesa do século XVIII, com o olhar para a indagação “luta de classes sem classes?”, assinala que, em relação ao processo histórico, diferentemente da perspectiva positivista, compreende:

[...] en una sociedad cualquiera dada no podemos entender las partes a menos que entendamos su función y su papel en su relación mutua y en su relación con el total. La ‘verdad’ o la fortuna de tal descripción holística sólo puede descubrirse la prueba de la práctica histórica. (THOMPSON, 1989, p.14)

Como assinalado no primeiro tópico, mesmo que tenha tratado de um período específico e acentuado que na história “[...] cada momento y cada situación deben ser analizados en sus propios términos” (1989, p.8), as suas contribuições teóricas demonstraram-se fundamentais para “iluminar” os problemas apresentados para a compreensão da história da questão agrária no Pontal do Paranapanema,

especialmente das diversas práticas dos agentes sociais sem-terra e de suas experiências no contexto dos anos 1990 e primeiros anos da década de 2000. Mas, é válido ressaltar que não se trata de uma transposição do conceito de “consciência de classe”, como apresentado por Thompson, e o seu “encaixe” na discussão dos sem-terra no Pontal. Como o próprio autor sugere, as experiências são dinâmicas e se constituem também nas ambiguidades e nas contradições. Bem por isso que a “consciência de classe” pode ter se construído em meio ao Movimento para alguns, já talvez para a maior parte dos assentados a “consciência política” tenha se desenhado, de forma mais desnudada, em meio ao processo de lutas.

Ao salientar que as classes não existem como entidades separadas, já que as pessoas se encontram numa determinada sociedade estruturada em modos determinados, sofrendo a exploração, identificando pontos de interesses e lutando a partir das necessidades que o meio lhes imprime, Thompson compreende que não há uma consciência de classe anterior à própria classe, já que ela se constrói no processo de lutas, e essa é a sua última definição:

Las clases acaecen al *vivir* los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al *experimentar* sus situaciones determinantes, dentro ‘del conjunto de relaciones sociales’, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la ‘verdadera’ formación de clase en una determinada ‘etapa’ del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a sí misma en su efectivo acontecer. (1989, p.39) (grifo do autor)

A leitura apresentada por E. P. Thompson para a discussão da classe operária inglesa nos séculos XVIII e XIX sugere que a consciência de classe, o despertar como sujeitos de ações comuns, vivenciando experiências coletivas e se redefinindo em meio ao processo de lutas, se dá no próprio movimento. Disso, depreendemos que a analogia da “consciência de classe”, especialmente para os dirigentes e os militantes, pode ser feita em relação aos acontecimentos vivenciados nos campos do Pontal do Paranapanema, em fins do século XX e início do XXI. Já a “consciência política” emerge desses agentes sociais quando de sua participação em inúmeras atividades no interior dos acampamentos, entre outros espaços, assim como na vida e trabalho nos assentamentos. Desse modo, é possível depreender a “consciência de classe” se desenhando no processo de organização dos militantes e dirigentes do MST, ao

percebermos que a militância e a direção se constituem, comumente, em meio às ações de luta.

O acampamento talvez seja um dos primeiros lugares ou mesmo o espaço propício para a (re)descoberta do protagonismo desses sujeitos sem-terra, homens e mulheres comuns, que se veem e se sentem parte de um coletivo, se constituindo como novos sujeitos em meio às reivindicações comuns. Na coleta dos relatos³ com esses agentes sociais pelos campos do Pontal do Paranapanema-SP, e na análise das entrevistas, fora perceptível a narrativa da inserção na militância constituindo-se no próprio processo de lutas, ou seja, a consciência política (ou quiçá de classe) se efetivando na ação, ao perceberem-se e sentirem-se parte do campesinato⁴, expropriados da terra e, diante da expropriação, na luta para a sua inversão, tendo como horizonte – ao menos para parte significativa dos assentados – a conquista da terra e para nela permanecer.

E esta consciência se dera nos embates entre sem-terra, fazendeiros, milícias armadas, polícia e governo, e não anterior a esse campo de disputas. Não é possível dizer que a “consciência de classe” ou a “consciência política” antecedam à própria

³ As entrevistas foram realizadas nos anos de 2001 a 2004, nos assentamentos Che Guevara/Santa Clara e São Bento, ambos em Mirante do Paranapanema-SP, e XV de Novembro, em Rosana-SP. Até a sua regulamentação, ocorrida em 1995, o assentamento Che Guevara denominava-se Santa Clara, nome da fazenda desapropriada, e cuja designação prevaleceu na fala de grande parte dos camponeses assentados, sendo mais comum referirem-se ao assentamento como “Santa Clara” do que “Che Guevara”, denominação presente no relato dos militantes e dirigentes. Daí a opção em utilizar “Che Guevara/Santa Clara” para a referência a esse assentamento, por possibilitar a expressão de ambas às leituras. Também coletamos relatos no Assentamento XV de Novembro, localizado em Rosana-SP. Utilizamos da Metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004) e da perspectiva da história oral temática, cujo enfoque centrou-se na apreensão das práticas e representações de luta do MST na região – desde as primeiras experiências no Pontal aos acampamentos e assentamentos nas fazendas São Bento e Santa Clara. Foram coletadas cerca de 90 entrevistas com assentados e com militantes e dirigentes do MST, muitos desses também assentados e realizando trabalho pela região e no cenário nacional. Na reflexão dos relatos trabalhamos com “marcos de memória”, como discutiremos mais adiante na referência às ações que foram partilhadas na memória do indivíduo, mas constituída como marco por meio do coletivo, a partir de uma perspectiva de discussão fundamentada em Polak (1989) e em Neves (2000).

⁴ Para uma discussão do conceito de campesinato e da compreensão dos sem-terra, acampados e assentados, por esta perspectiva, as considerações de Shanin (2008) são significativas, pois o autor entende o campesinato como um modo de vida e a sua compreensão como dinâmica, não estando limitada aos modelos pré-estabelecidos e a tentativa de encaixes tão comuns nos debates de parte da academia. Indagado sobre uma definição do que seria o campesinato, Shanin assim respondeu: “Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato”. (2008, p.34)

ação. Elas se dão nesses tempos de enfrentamentos e não na consciência anterior aos próprios acontecimentos. Não há, então, necessariamente uma consciência política de classe a anteceder à própria classe e sim constituída em meio às praticas de lutas. Desse modo, não é possível falar da composição da identidade de sem-terra como algo deslocado da realidade vivida, e disso se depreende que os sujeitos se constroem em meio aos conflitos, às lutas, e não o seu contrário. Inexiste uma consciência anterior à ação.

A consciência, como sugere E. P Thompson, dá-se no “fazer-se” movimento, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão e no desejo e prática de libertação. Nesse “fazer-se” se encontram militantes, dirigentes, acampados, assentados “experenciando” práticas, vivenciando experiências que se constroem no cotidiano da vida nos acampamentos e nos assentamentos, mas ainda no extraordinário das ações de ocupação de terras, de ocupações de prédios públicos, de fechamentos de pedágios, nas marchas, etc.. Não se tratam, então, de níveis de consciência a anteceder as ações, mas posições e práticas de luta que vão sendo configuradas no contexto histórico vivido, na inter-relação do novo e do velho, da cultura e da política, da economia, da religiosidade, entre outras dimensões da vida:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o ‘ser’ está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. (THOMPSON, 1981, p.16)

Dessa forma, foi possível apreender nos assentamentos estudados saberes que, mesmo diferenciados, comungavam entre si o desejo da terra e de nela permanecer, de transformar o meio em que se vivia, mas ainda de preservar. E isto não quis dizer a negação do espaço de enfrentamentos e embates, mas a afirmação de identidades e de alteridades, as quais necessitam ser interpretadas para além do que sugere Moraes (1986) ao reafirmar os “níveis de consciência” do campesinato.

As discussões que Thompson trava em torno do direito e da economia moral, particularmente em sua obra *Costumes em Comum* (1998), referendaram a

compreensão de que cultivar a terra para o campesinato importa um valor moral e ainda a inversão do direito legal, o que remete à emergência de novos valores, semelhante ao ocorrido nas margens da rodovia SP-613 que liga Teodoro Sampaio-SP a Rosana, quando em 1990, os sem-terra, em uma de suas primeiras ocupações na região, em meio à percepção da usurpação de direitos, como o da impossibilidade do acesso à comida - já que as cestas básicas foram suspensas pelo governo - fizeram parar caminhões de bois naquela rodovia e mataram algumas reses encaminhando as cabeças aos fazendeiros, a fim de que se evidenciasse que os bois haviam sido mortos para saciar a fome. Naquela noite, como nas seguintes, se alimentaram desta carne. Isto nos faz lembrar uma frase célebre de José de Souza Martins, ao observar que: “se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito”. (MARTINS, 1988, p.11)

O pedágio do leite também fora um “marco de memória” (POLAK, 1989), uma estratégia de luta e um direito moral vivido por aqueles mesmos sem-terra que ocuparam a fazenda Nova Pontal em 1990, e foram dela despejados, na primeira ação do MST na região do Pontal do Paranapanema. Os motoristas dos caminhões que transportavam o leite eram obrigados a deixar certa quantidade de litros para atender às crianças do acampamento, no que denominaram “pedágio do leite”, do contrário não poderiam prosseguir a viagem.

As considerações de E. P. Thompson acerca da economia moral da multidão inglesa no século XVIII são elucidativas para a compreensão dessas práticas dos sem-terra no Pontal dos anos 1990 e de 2000, tanto da “matança de bois” quanto do “pedágio do leite”, entre outras ações. Segundo esse autor, os motins que ocorriam nos setecentos e oitocentos evidenciavam a revolta diante das imposições legais sobre a gente comum, na medida em que “[...] não era o salário que regulava a vida da população e indicava o seu descontentamento no século XVIII, mas o preço do pão” (1987b, p.66).

Em *Costumes em Comum*, Thompson observa que os motins:

são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar viveres de que precisam quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles vêem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado. (1998, p.207)

A apreensão do direito moral de luta versus o direito legal, que quando desnudado em sua frieza revela a usurpação, foi demonstrada nas práticas dos homens e mulheres sem-terra no Pontal do Paranapanema, ao inverterem a ordem legal e pelo direito moral estabeleceram ações e construírem um movimento que, nacionalmente, ultrapassou fronteiras, ao experienciar novos direitos oriundos de novos sujeitos, também sob uma nova condição, a de sem-terra (BORGES, 2010).

Também as questões levantadas por E. P. Thompson (1998) quanto à “orientação pelas tarefas” em contraposição ao “tempo do relógio” contribuem para pensarmos a importância da concepção de controle do próprio tempo instituída pelos camponeses ao chegarem a terra, na condição de assentados, fazendo-nos compreender a importância da autonomia e da liberdade para o trabalho e a vida dos camponeses. Fora comum em quase todas as entrevistas a afirmativa de que não se fazia mais necessário levantar de madrugada para “subir no caminhão de boia-fria”, já que na terra poderiam instituir o próprio ritmo e tempo de trabalho sem se submeter ao padrão.

E. P. Thompson, ao mesmo passo em que discorre sobre o tempo do relógio, enfocando o modo como foi adentrando aos ritmos dos lares familiares e do mundo do trabalhador desde o século XIV, chocando-se com as atividades fundamentadas nas tarefas, destaca ainda as inúmeras formas de resistência decorrentes do costume, do ordenamento do tempo em virtude da cultura, do modo de vida, daí os princípios disciplinadores do tempo do relógio confrontarem os valores envoltos no modo de ser e viver dos trabalhadores no contexto do capitalismo industrial. Feriados, feiras tradicionais, festas e cerimônias “consagradas pelo costume na paróquia” serviam então como momentos em que “o povo se agarrava tenazmente”. (1998, p.285)

Em *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, como já salientado, Thompson destacou a “experiência” como elemento fundamental para a compreensão de que são os homens e mulheres que a tecem, que fazem a história, tanto pelo pensamento como pelo ser social. Assim:

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm

novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modos diversos sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p.17)

Foi de modo muito semelhante que as experiências das famílias assentadas no Pontal do Paranapanema adentraram a pesquisa de um dos autores (BORGES, 2010). Não pediram licença para a constituição de uma discussão teórica à parte, mas as histórias e, nelas, os “marcos de memória” narrados pelos homens e mulheres fizeram com que fosse imperativo analisá-las, tanto em sua inserção e evidência do modo de vida ligado a terra e ao sentido da liberdade quanto em seus limites, a exemplo do que observara um dos dirigentes do MST no Pontal do Paranapanema.

Militante e dirigente do MST, no contexto da entrevista, e assentado no projeto de Reforma Agrária do governo estadual de Franco Montoro, Gleba XV de Novembro, em Rosana-SP⁵, Bil, ao ser indagado quanto ao que mudara do acampamento ao assentamento, com enfoque para a organicidade política dos assentados, salientou que:

O Movimento põe militante em todo o assentamento, mas ao longo do tempo, os trabalhadores vem cansados do acampamento. Não é fácil aguentar barraco, quatro, cinco anos, ele chega parece que rebelde no assentamento. Os que pega consciência política não, tudo bem, mas agora os que não conseguiram pegar consciência política fica rebelde, fala: 'tô solto, ninguém manda mais em mim, nem o governo, nem o sistema', daí a pouco está quebrado e acaba com a organicidade. Até então é assim, aí topamos com uma grande dificuldade, uma grande dificuldade.⁶

Em vista dessas considerações torna-se imperativo pensar a afirmativa desse agente social e sujeito de lutas do MST de que “os que pega consciência política” conseguem acompanhar o Movimento, enquanto os outros “fica rebelde” no assentamento. O que foi possível apreender, pelos campos do Pontal, diferentemente

⁵ O Assentamento Gleba XV de Novembro foi um dos primeiros projetos de Reforma Agrária regularizados na região de Teodoro Sampaio-SP, em 1984, em decorrência dos movimentos de luta dos posseiros, atingidos por barragens e boias-frias, entre outras categorias. Anterior a 1990, Rosana, Porto Primavera e Euclides da Cunha pertenciam ao município de Teodoro Sampaio. Após esta data deu-se a emancipação dos três municípios.

⁶ ENTREVISTA. Bil. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 29/04/2002. Quanto a esta entrevista é interessante pontuar que o próprio militante e dirigente do MST constituiu-se enquanto liderança na luta pela terra num tempo anterior à própria chegada do Movimento na região, quando participava intimamente das lutas da gleba XV de Novembro e do nascimento do Partido dos Trabalhadores, tendo inclusive saído candidato a prefeito por este partido, no município de Teodoro Sampaio-SP.

dos resultados do “laboratório”⁷, por exemplo, é o fato de que a vida não se resume à “consciência política”, se vista como um molde ou um formato em que há um encaixe e aquele que consegue se adequar aprende então os princípios da organização, tornando-se dela parte. Por construir-se, fazer-se no processo de lutas, os homens e mulheres ficam “rebeldes”, ao descobrirem-se capazes de serem agentes de sua própria história, e se, necessário, rebelarem-se, por meio de suas experiências, sugerindo um novo olhar para as suas práticas, e cujos encaixes são mais difíceis ou quase impossíveis de impor. É válido, desse modo, apreender as potencialidades da luta também a partir da “rebeldia”. Rebeldia que se expressa tanto pelo espaço do confronto, do enfrentamento direto quando das ocupações de terras, prédios públicos, etc, e mesmo frente aos fazendeiros, suas milícias armadas e a ação policial. Também a rebeldia em não aceitar todas as diretrizes da organização e da militância, como quando da recusa em se deslocar para uma marcha ou qualquer outro ato organizado pelo MST, no tempo em que é preciso fazer a colheita do feijão ou do milho, por exemplo.

É importante observar, como já ressaltado, que a organização do MST no Pontal do Paranapanema desenhara-se, como afirmaram os relatos, nas várias ações como o “pedágio do leite”, “a matança de bois”, as inúmeras ocupações de terras, nos acampamentos, marchas, na “ação motorizada”⁸, entre outras. Tais práticas, nas palavras de E. P. Thompson e numa leitura de Marx, foram constituídas no “fazer-se” dos camponeses em “classe para si” em meio ao processo de lutas.

Alguns traziam consigo experiências advindas de instituições como as Igrejas Católica e Luterana e suas pastorais, pela participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); bem como pela presença e atuação em sindicatos rurais e urbanos,

⁷ Termo empregado por parte da militância e direção do MST como uma das formas de organizar os sem-terra, tanto no tempo do acampamento quanto no assentamento, haja vista o objetivo do desenvolvimento do trabalho coletivo, nos moldes de uma empresa bem-sucedida, no caso, as Cooperativas. Esses laboratórios derivam da influência da teoria proposta por Moraes (1986), por meio dos “laboratórios organizacionais no campo”. Para uma reflexão da resistência camponesa em relação aos laboratórios, ver: Brenneisen (2002).

⁸ A “ação motorizada”, como nos explicou Mineirinho, em entrevista, dava-se na ocupação das fazendas com o uso de trator e o tombar da terra para o cultivo de alimentos, como milho, feijão, abóbora, mandioca, etc, fazendo com que o direito moral de permanência na terra ocupada encontrasse raízes em meio ao plantio. Ocupar a terra por meio do cultivo de alimentos foi prática comum nos campos do Pontal do Paranapanema dos anos 1990 e legitimou muitas ações do MST na região.

assim como em partidos políticos, fortalecidas no percurso das lutas, como se depreende da fala de Ivan, do Assentamento São Bento:

Eu sou filho de agricultor, minha família era do sudoeste do Paraná e, depois num contexto, eles tiveram que vender e foram morar em Ponta Grossa, mas mesmo assim meu avô permaneceu na terra, então, tinha momentos que eu morava na cidade. Então eu estava estudando e vim pra cá por um tempo. Depois disso, quer dizer, foi correndo a vida, indo atrás de emprego, de trabalho, de sobreviver e também com isso, você, a gente foi começando a ter uma militância de igreja, numa Pastoral da Juventude em Ponta Grossa e, com isso, a gente começou, a vida começou a mostrar que tinha dois lados, o lado do pobre e o lado do rico. Tinha o lado dos que estavam bem e dos que não estavam. Bom, aí a gente foi através dessas coisas, foi criando uma forma de consciência, e a partir disso a gente começou uma vida de militância. Primeiro, na Pastoral da Juventude, dentro da Pastoral da Juventude. Tinha uma linha à esquerda [...] tanto que a gente teve de se calar durante um ano na Pastoral da Juventude de Ponta Grossa. E depois da Pastoral da Juventude, a gente começou a militância nos sindicatos e, também por consequência, num partido político, porque a gente achava que naquele momento que era via partido que você conseguia mudar, que você conseguia construir uma sociedade diferente.⁹

A narrativa que Ivan tece de sua experiência de vida apresenta um desenvolvimento da consciência política aparentemente sem contradições, de forma retilínea. Este pode ser um recurso da narrativa, todavia permite apreender a perspectiva do entrevistado quanto a ser militante, que se inicia na percepção do seu lugar nas relações de produção (filho e neto de agricultor), passa pela cultura religiosa e chega à organização partidária. No meio deste percurso, entrar para o Movimento Sem Terra fora um marco e o acampamento um lugar privilegiado na construção do sujeito político.

A fala de Mineirinho, assentado no Projeto de Assentamento “Santa Clara/Che Guevara”, em Mirante do Paranapanema-SP, apresenta-se fundamental para essa compreensão, particularmente ao narrar o acampamento como tempo redefinidor da consciência política, por oferecer condições para que os acampados sintam-se responsáveis pelo gerir da vida nesse espaço, principalmente ao atuarem em grupos de trabalho, entre diversos outros setores da organização.

[...] além do acampamento as pessoas chegam e vai lá pros setores, e alguns vai pro setor do trabalho, outros vai pra coordenação dos barracos, outros vai pra saúde, a educação, outros vai mexer com as finanças do acampamento, a secretaria do movimento. Então, todo mundo está num setor. Então nesse setor é uma escola, e a pessoa ali vai se destacando. Então ali vai surgindo, vai surgindo a

⁹ENTREVISTA. Ivan. Teodoro Sampaio-SP, Secretaria do MST, 29/04/2002.

disponibilidade de cada um que é o processo de militância, né? Ninguém faz um curso pra ser militante. Tem curso de aperfeiçoamento de formação, de formação política. Mas tem gente que participa de um monte de curso de formação, mas nunca chega a desenvolver a militância.¹⁰

Dessa maneira, são significativas as observações de Thompson ao discorrer sobre a experiência, e nela os valores que constituem o modo de vida das pessoas comuns. Para esse autor:

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (1981, p.189)

Na análise das entrevistas pudemos apreender valores ligados a terra, principalmente no que se refere ao lote para o cultivo, à conquista da liberdade e ao desejo da transformação social. Por essa leitura, a terra traz consigo o lado messiânico e místico a expressar a utopia da conquista da terra como lugar possível para a realização livre do trabalho. A dimensão do sonho da terra como “morada da vida” tornara-se intensa nos relatos, como o de Creuza, militante do MST e assentada no projeto de Reforma Agrária São Bento, que foi criada na terra, nela cresceu e para ela sonhava retornar. Esse sonho fez com que entrasse no MST:

[...] a gente quando trabalha na lavoura e também trabalha pros outros, a gente tem aquela loucura de ter um pedaço de terra pra gente. E meu sonho era ter um pedaço de terra meu, você entendeu? [...] aquilo me encheu o coração. Eu falei: ‘eu vou, porque eu vou pegar o meu pedaço de terra’.¹¹

Zelitro também assentado no São Bento, em Mirante do Paranapanema-SP, expôs esta dimensão ao assinalar as dificuldades porque passaram os acampados no decurso do processo de lutas, mas, ao mesmo tempo, a força que fez unir os sonhos para que deles não desistissem:

É uma coisa incrível como a unidade em torno de um sonho é muito forte, né? E as pessoas admiram, por exemplo, como é que um acampado submete a várias situações de precariedade, às vezes da questão de alimentação, higiene, de transporte. Enfim, todo problema. Com tanta mística, o sonho pela terra, [...] forjam

¹⁰ENTREVISTA. Mineirinho. Che Guevara/Santa Clara, 11/03/2001.

¹¹ ENTREVISTA. Creuza. São Bento, setor II, 02/05/2002.

uma solidariedade muito forte que superam isso tudo. As pessoas não tem problema de repartir o que tem. E ao invés de ficar num pé de uma televisão, de um livro, eles fazem fogueira e ficam. Eu mesmo, quantas vezes a gente ficou ao redor da fogueira porque exatamente chegamos em maio. E em maio começa o frio, então a gente ficava até horas da noite conversando e falando ‘olha quando eu tiver meu lote, vai ser assim’. Um tem uma ideia, o outro tem outra, e isso aí é muito forte.¹²

As cristalizações conceituais fossem econômicas, culturais, políticas, religiosas ou sociais não dariam conta de apreender a dinamicidade da vida desses agentes sociais, suas práticas, sonhos e seus valores. Relembrando E. P. Thompson (1981) é válido reforçar que as evidências históricas nos dizem mais do que se tece na teoria, caso esta ignore a dinâmica das práticas sociais. Assim, não cabe o confronto entre as condições objetivas e subjetivas vividas por esses homens e mulheres, a nortear o modo de vida e a interpretação de mundo desses assentados, mas a inter-relação de ambas as dimensões.

Nos relatos dos assentados, percebemos que na memória de lutas vividas no espaço coletivo, pelos “marcos de memória”, desenhara-se o indivíduo forjando histórias em meio ao coletivo, a enunciar a trama para a conquista da terra, nos acampamentos, marchas, novas ocupações, e a luta junto à família para a permanência no espaço conquistado. Plantavam o milho, o feijão, a abóbora e a mandioca, cultura secular do sertão, mas a cultura secular não lhes impossibilitara de desejarem para si e para os seus familiares a produção também a partir do desenvolvimento econômico e de novas técnicas de produção. Dessa maneira, formularam-se mundos, sonhos e práticas que, para além da cultura do atraso, evidenciaram a construção de uma vida eivada de ações na tentativa da conquista de direitos historicamente usurpados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que permearam a abordagem e a escrita de E. P. Thompson estavam centradas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Mas, seus trabalhos ultrapassaram fronteiras temporais e espaciais chegando ao chão do mundo do trabalho brasileiro, dos campos e cidades, da colônia ao tempo presente, propiciando elementos fundamentais para entendermos que a teoria não é uma camisa de força, presa na temporalidade desejada pelo autor. Ela também ultrapassa fronteiras e nos

¹² ENTREVISTA. Zelito. São Bento, setor II, 30/04/2002.

mostra o quão profícuo que é o debate do campesinato, por essa perspectiva historiográfica, por exemplo.

Vimos a “economia moral” desenhada e vivida por meio das ações de luta dos sem-terra nos campos do Pontal do Paranapanema. Compreendemos ainda que as “experiências” desses homens e mulheres alimentaram as suas práticas para a conquista da terra e a luta para nela permanecer, tornando a região do Pontal símbolo de resistência dos sem-terra, pois lugar revelador de ações de luta pela terra que despontaram, principalmente a partir dos meados de 1990, e se irradiaram por todo o campo brasileiro. A “consciência de classe” ou ainda a “consciência política”, na percepção do pertencimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na identidade de sem-terra, alimentaram o cotidiano e o extraordinário das ações desses agentes sociais pelos campos e recantos do Pontal e do país. Enfim, os conceitos thompsonianos nos serviram para a compreensão de que a dinâmica das lutas camponesas se evidencia nos embates - em meio às adversidades -, mas ainda na esperança de novos dias e de um amanhã em que a terra seja liberta.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Ouvir, contar - textos em História Oral. *Ouvir, Contar - Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Não há terras para plantar nesse verão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008 (Coleção a obra-prima de cada autor)

MORAES, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. *Caderno de Formação nº 11*, São Paulo, 1986.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, 286 p.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: *História Oral*, n.03, Junho de 2000.

POLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n3, 1989, p.3-15.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os Marxistas e os outros. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987a (Oficinas da História, volume 1).

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciéncia de classe*. Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial. Barcelona: Crítica, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES

ENTREVISTA. Bil, (Produzida por Maria Celma Borges). Teodoro Sampaio-SP, Secretaria do MST, 29/04/2002.

ENTREVISTA. Ivan, (Produzida por Maria Celma Borges). Teodoro Sampaio-SP, Secretaria do MST, 29/04/2002

ENTREVISTA. Mineirinho, (Produzida por Maria Celma Borges). Mirante do Paranapanema-SP, Assentamento Che Guevara/Santa Clara, 11/03/2001.

ENTREVISTA. Creuza, (Produzida por Maria Celma Borges). Mirante do Paranapanema-SP, Assentamento São Bento, setor II, 02/05/2002.

ENTREVISTA. Zelitro, (Produzida por Maria Celma Borges). Mirante do Paranapanema-SP, Assentamento São Bento, setor II, 30/04/2002.